

Grupo de Apoio à
Criança e
Adolescente com
Câncer do
Amazonas -
GACC/AM

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Grupo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer do Amazonas – GACC/AM

Manaus - AM

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer do Amazonas - GACC/AM (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer do Amazonas - GACC/AM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas

nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 25 de julho de 2019.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5

Thiago Almeida de Souza
Contador CRC 1SP251413/O-2



Quadros DFs
31-12-2017.xlsx

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio a Criança e Adolescente Com Câncer do Amazonas - GACC/AM (“Entidade” ou “GACC”), foi fundado em 23 de maio de 1999, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com sede à Rua Domingos Jorge Velho nº 290- D. Pedro, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado e personalidade distinta das dos associados que a compõem, sem qualquer vinculação político-religiosa, ou distinção de raça, cor ou condição social, tem por objetivo prestar serviço assistencial e social às crianças e adolescentes com câncer e/ou doenças hematológicas, tratadas na Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON ou em outras instituições similares.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a pequenas e médias Empresas.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em reunião realizada em 25 de julho de 2019.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Real e foram arredondados para a unidade mais próxima.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras correntes e comparativas da Entidade

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2017 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - Provisão para perdas em processos judiciais

2.4 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo são aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos conforme segue:

Empréstimos e Recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem recursos vinculados a projetos, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos aluguéis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Entidade. A Administração da Entidade avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e convênios a comprovar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iv) *Ativos e passivos financeiros derivativos*

A Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, incluindo operação de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Convênio de Colaboração originados de contrato com as Entidades parceiras são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do convênio de colaboração e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes aos créditos nas contas dos recursos recebidos dos projetos.
- **Receitas:** a medida que as despesas vão sendo realizadas, faz-se um débito na conta de obrigação do projeto e uma contrapartida no grupo de receita, anulando o efeito das despesas dos projetos.
- **Subvenção para investimentos** - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica “Subvenções de bens a apropriar”, sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC aplicável a pequenas e médias Empresas. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

c. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e é composto por valores a receber da venda de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

Devido o recebimento ser realizado basicamente por cartões de crédito, não houve necessidade de reconhecer redução ao valor recuperável do ativo.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor histórico.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

e. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Basicamente compreende softwares, que tiveram sua vida útil estimada em 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Convênios a comprovar

Os convênios referem-se aos aportes recebidos de entidades governamentais e outras entidades do Brasil. Tais convênios são regidos por editais e ao final de cada execução, é enviada uma prestação de contas para a entidade que aportou o recurso.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou deduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

j. Receitas da prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional da venda de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para Entidade, os custos associados e a possível glosa do serviço possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros e outras taxas bancárias.

l. Outras despesas e receitas

Outras despesas operacionais abrangem o custo das baixas dos bens do ativo efetuados por meio de descarte por obsolescência ou doação.

m. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. No exercício de 2017 a Entidade registrou o montante de R\$ 1.173.198 (R\$ 1.096.447 em 2016) referente a trabalhos voluntários, incluindo os membros da diretoria, com prestação de serviços.

n. Tributação

A Entidade é isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei no 9.532/97 art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei no 9.532/97, art. 15 § 3o, alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei no 9.532/97, art. 15 §, 3o, alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10 e 18, IV):

- (a) Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, declaração de informações em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e
- (f) Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15 § 2º).

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

	2017			2016		
	Recursos sem restrição	Recursos vinculados a projetos	Total de recursos com e sem restrição	Recursos sem restrição	Recursos vinculados a projetos	Total de recursos com e sem restrição
Caixa	675	-	675	687	-	687
Bancos conta corrente	169.375	357.350	750.119	50.383	17.437	67.820
Aplicações financeiras	-	514.356	290.962	83.227	633.780	717.007
	170.050	871.706	1.041.756	134.297	651.217	785.514

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas, administradas pelo Banco Itaú S/A e Bradesco S/A, são remuneradas à taxas que variam entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDB).

A Entidade também possui “Aplic Aut Mais” administrada pelo Itaú, que é um serviço de aplicação e resgates automáticos dos recursos disponíveis em conta. A rentabilidade é diária e atrelada à taxa do DI (taxa média dos depósitos interfinanceiros, calculada e divulgada diariamente pela CETIP).

4.1 Recursos sem restrição

Os recursos financeiros que a Entidade possui que não estão vinculados a projetos, são utilizados para custeio das atividades.

4.2 Recursos vinculados

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projetos, ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto. Todo rendimento é revertido em aplicação no projeto.

5 Contas a receber

	2017	2016
Duplicatas a receber	36.905	-
Cartões a receber	1.614	1.214
	38.519	1.214

As contas a receber referem-se, substancialmente, a vendas de *souvenirs* realizadas no cartão de crédito.

6 Imobilizado

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017 está assim demonstrada:

	1º/01/2017	Adições	31/12/2017
Custo			
Terrenos	600.000	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	2.200.000
Móveis e utensílios	447.678	3.360	451.038
Máquinas e equipamentos	108.513	-	108.513
Equipamentos de informática	157.470	-	157.470
Veículos	172.977	6.405	179.382
	3.686.638	9.765	3.696.403
	1º/01/2017	Adições	31/12/2017
Depreciação			
Edificações	(264.245)	(112.000)	(376.245)
Móveis e utensílios	(134.428)	(44.457)	(178.885)
Máquinas e equipamentos	(32.584)	(10.691)	(43.275)
Equipamentos de informática	(94.570)	(18.952)	(113.522)
Veículos	(103.882)	(35.877)	(139.759)
	(629.709)	(221.977)	(851.686)
Imobilizado líquido	3.056.929	(212.212)	2.844.717

A movimentação ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2016 está assim demonstrada:

	1º/01/2016	Adições	31/12/2016
Custo			
Terrenos	600.000	-	600.000
Edificações	2.200.000	-	2.200.000
Móveis e utensílios	362.200	85.478	447.678
Máquinas e equipamentos	108.513	-	108.513
Equipamentos de informática	147.770	9.700	157.470
Veículos	97.725	75.251	172.976
	3.516.209	170.429	3.686.638
	1º/01/2016	Adições	31/12/2016
Depreciação			
Edificações	(174.778)	(89.467)	(264.245)
Móveis e utensílios	(71.937)	(62.491)	(134.428)
Máquinas e equipamentos	(21.552)	(11.032)	(32.584)
Equipamentos de informática	(58.698)	(35.872)	(94.570)
Veículos	(38.819)	(65.063)	(103.882)
	(365.784)	(263.925)	(629.709)
Imobilizado líquido	3.150.425	(93.496)	3.056.929

A Administração da Entidade contratou empresa especializada em gestão e avaliação de ativos, que procedeu levantamento físico e documental dos bens do imobilizado, para apuração dos saldos a ser reconhecidos nos registros contábeis da Entidade. O levantamento levou em conta os valores de aquisição e o valor justo de bens recebidos em doação nos exercícios anteriores, o que propiciou a correção dos valores a serem apresentados. Além disso, foi também identificado que o imobilizado não estava sendo depreciado com base na vida útil estimada e não possuía controle das obras encerradas.

Em contrapartida, os recursos provenientes dos contratos de gestão, empregados na aquisição de ativo imobilizado, foram refletidos no passivo não circulante, e serão cotejados com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens.

7 Fornecedores

Fornecedores é composto de duplicatas diversas referente aos serviços necessários para manutenção e funcionamento do GACC, saldo em 2017 era de R\$ 34.812 (R\$ 66.717 em 2016).

8 Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Salários a pagar	22.361	35.554
Provisão de férias	30.753	32.436
INSS a recolher	11.799	24.856
Outras obrigações sociais	11.407	9.734
	<u>76.320</u>	<u>102.580</u>

Em 2016, o GACC conseguiu a certificação do CEBAS, o que o isentou do recolhimento da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários e prestadores de serviços autônomos.

9 Convênios a comprovar

	2017	2016
Convênio CMDCA	335.020	-
Convênio OI Futuro	33.325	-
Convênio IRM	484.137	432.012
Convênio SEAS	33.121	219.205
	<u>885.603</u>	<u>651.217</u>

10 Provisão para perdas em processos judiciais

A Entidade reverteu a provisão realizada em 2017, no valor de R\$ 16.000,00, pois o processo foi finalizado.

11 Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado

Subvenção de imobilizado bruto	2017	2016
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	1.397.483	1.397.483
Terrenos	<u>270.000</u>	<u>270.000</u>
	<u>1.667.483</u>	<u>1.667.483</u>
Depreciação		
Sede própria - Casa da criança (Edificações)	<u>(384.273)</u>	<u>(340.220)</u>
Subvenção de imobilizado líquida	<u>1.283.210</u>	<u>1.327.263</u>
Depreciação dos exercícios	44.052	44.052

O montante histórico recebido como doação e/ou vinculado a convênios era de R\$ 1.667.483, equivalentes ao terreno no montante de R\$ 270.000 e a construções no montante de R\$ 1.397.483.

As subvenções para investimento são reconhecidas como passivo não circulante, e são cotejadas com os correspondentes saldos do imobilizado nas demonstrações contábeis da Entidade, através da depreciação dos respectivos bens, ao longo do período de vida útil.

12 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade, constitui-se dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como de doação de imóveis.

A Entidade, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será revertido em benefício de outras entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou à Entidade pública, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

12.1 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria Executiva.

Não serão remunerados no exercício das funções os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e do corpo de voluntários, nem serão distribuídos, direta ou indiretamente, por qualquer forma, título ou sob qualquer pretexto, lucros, bonificações, vantagens a benfeitores, mantenedores associados ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas em estatuto.

13 Receitas operacionais - sem restrições

	2017	2016
Receita		
Venda de mercadorias	216.280	103.001
Receita de aluguel	2.406	8.821
Doações	1.206.562	1.277.790
	1.425.248	1.389.612

As receitas das vendas de mercadorias são referentes as vendas de *souvenirs* (camisas, copos, artesanatos, etc). As receitas de aluguel são provenientes da locação do auditório para outras entidades.

As receitas de doações são arrecadadas através do call center da Entidade, programa "Casinha do Troco Solidário" e outras doações.

14 Receitas operacionais - com restrições

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício e sua movimentação, demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Projetos	31.12.2016	Transferência	Aplicações Financeiras	Valores recebidos	Consumo	Devolução de recursos	31.12.2017
Aplicações SEAS (a)	219.204	-	4.951	-	(191.034)	-	33.122
Aplicação IRM OH DE CASA	49.365	-	847	-	(7.328)	-	42.884
Aplicação IRM Feliz Vivo	20.409	-	2.094	-	(17.561)	-	4.942
IRM (b)	362.239	(172.272)	13.411	-	(12.921)	-	190.457
MC DIA 2017	-	-	17	71.365	(71)	(4.842)	66.469
CMDCA (c)	-	-	-	504.422	(169.402)	-	335.020
Aplicações Projeto OI Futuro	-	62.210	594	8.000	(37.479)	-	33.325
Aplicação Hemoam Feijoada	-	110.062	4.345	-	(44.108)	-	70.299
	-	-	-	109.085	-	-	109.085
Total	651.217	-	26.259	692.872	(479.904)	(4.842)	885.603

Os registros nessas rubricas correspondem à realização dos recursos recebidos para custeio das despesas dos projetos e atividades e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos. Durante o exercício de 2017 foi recebido o total de R\$ 692.872, sendo R\$ 479.904 aplicados em custeio. Os valores recebidos e ainda não empenhados ficam registrados na rubrica de recursos vinculados a projetos no ativo circulante e em obrigações com projetos no passivo circulante.

A seguir apresentamos as características de nossos projetos:

- (a) **SEAS** - custeio dos serviços de psicologia, serviço social, nutrição, hospedagem, e outras atividades relacionadas com a operação do GACC. Para 2017, os saldos do projeto SEAS estão custeando as mesmas despesas, porém, não teremos a renovação do projeto, visto que a SEAS caracterizou o GACC como instituição de saúde e não mais de assistência social, assim sendo, não poderá participar de captação de próximos recursos.
- (b) **IRM** - o custeio do IRM foi utilizado em alguns projetos pontuais, como, “Oh de Casa” que realizou visitas nas casas dos pacientes no interior do Amazonas; “Feliz Vivo Mais” que custeou alguns pedidos pontuais do HEMOAM para melhoria no hospital; e além desses, o IRM também custeou as despesas operacionais do GACC como um todo. Este projeto é contínuo, e os recursos são originados das vendas das camisas da campanha e dos tickets do MC Dia Feliz.
- (c) **CMDCA** - foi captado R\$ 500.000 referente as doações dos últimos 4 anos de Imposto Renda. Este projeto está financiando parte da equipe de assistência social, médicos e nutricionistas e, também, custeio para realizar visitas a 200 pacientes em Manaus. Projeção de que o projeto tenha continuidade até a metade do ano de 2018.

15 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	(332.129)	(298.165)
Encargos sociais e trabalhistas	(50.682)	(177.048)
Férias e 13º salário	(98.952)	(103.264)
Benefícios sociais	-	(800)
Outras (despesas) com pessoal	(155.255)	(192.929)
	(637.018)	(772.206)

16 Custo e despesas operacionais - Sem restrições - Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Serviços de terceiros	(424.845)	(453.420)
Material de consumo e infraestrutura	(513.076)	(579.417)
Outras despesas administrativas	(1.477)	(6.127)
	(939.398)	(1.038.964)

17 Custo e despesas operacionais - Com restrições - Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Serviços Especializados	217.305	140.432
Alimentação	141.739	158.985
Despesa com veículos	53.643	92.864
Material de Expediente	17.580	29.075
Bens duráveis	16.546	66.070
Despesa com pessoal	-	143.217
Manutenções	-	13.662
Outras despesas	33.090	34.822
	<u>479.904</u>	<u>679.127</u>

18 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1409/12, a Entidade apresenta a seguir relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei n.º 9.532/97.

COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis n.º 9.718/98 e n.º 10.833/03.

19 Isenções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei n.º 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS.

20 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, compreende o período de 30 de junho de 2016 a 29 de junho de 2019, sob número 71000.066377/2016-45.

21 Receitas (despesas) financeiras

	2017	2016
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	<u>11.707</u>	<u>55.035</u>
	<u>11.707</u>	<u>55.035</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(736)	(117)
IR sobre aplicações financeiras	-	(341)
Outras despesas financeiras	<u>(15.171)</u>	<u>(16.609)</u>
	<u>(15.907)</u>	<u>(17.067)</u>
	<u>(4.201)</u>	<u>37.968</u>

22 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2016, sendo eles, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimo e recebíveis.

Valor justo

Não existem diferenças entre valor de mercado e os valores registrados na contabilidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo da Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e quem podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representados pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

Risco de liquidez

Riscos de liquidez é o riscos da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análise econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

23 Gestão de capital

A política da Administração da Entidade é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Entidade procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Caixa e equivalentes de caixa	170.050
(-) Total do passivo (deduzidos convênios a comprovar e subvenção de bens a apropriar)	<u>(111.133)</u>
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa	58.917
Patrimônio líquido	<u>1.694.923</u>
Saldo de patrimônio líquido	<u><u>1.753.840</u></u>

Com base no cálculo acima é possível verificar que a Entidade possui um excedente de patrimônio de R\$ 1.423.840 frente a suas dívidas totais.

24 Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.

* * *

Administração da Entidade

Jakeliny Bastazini Santos
Presidente

Milton Carlos Silva
Diretor financeiro e administrativo

Amadeu Amâncio de Oliveira
Contador CRC 014697-O/AM